

BIANCA SANTANA

Continuo preta

A vida de Sueli Carneiro



17. Irmãs e irmãos Carneiro
18. A casa da Gioconda
19. Ser feminista
20. Movimento negro
21. Lélia Gonzalez
22. Separação
23. Luanda, a prenda
24. Informações do céu
25. A pequena comunidade no Butantã

PARTE III: DISPUTA

26. Duas tentativas de mestrado
27. Busca por sustentação
28. Bloco afro Alafiá
29. Conselho Estadual da Condição Feminina
30. Filha de Ogum, ekedi de Iansã
31. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
32. Tribunal Winnie Mandela
33. Cuba
34. I Encontro Nacional de Mulheres Negras
35. Geledés — Instituto da Mulher Negra
36. Racismo: crime inafiançável e imprescritível
37. Programa de Direitos Humanos/ SOS Racismo
38. Ameaça skinhead
39. Mamãe dura
40. Matriarcado

PARTE IV: CENTRALIDADE

41. Geledés de muitas soberanas
42. Projeto Rappers e Geração XXI

43. Portal Geledés
44. Mandela
45. Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
46. Conferências da ONU
47. Enfrentar a Globo
48. A misoginia de homens negros
49. Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida
50. “Entre a esquerda e a direita, sei que continuo preta”
51. Durban
52. Posse de Lula
53. Do dispositivo de racialidade
54. Arnaldo Xavier
55. Na Noruega, *koselig*
56. A constitucionalidade das cotas raciais
57. Feminismo enegrecido

Epílogo

Sobre este livro

Caderno de imagens

Agradecimentos

Notas

Créditos das imagens

Sobre a autora

Créditos

*Às jovens negras dispostas a pegar
o bastão oferecido por Sueli Carneiro*

Prólogo

Na tarde de 29 de maio de 1982, no auditório do Colégio Nossa Senhora de Sion, no bairro rico — e branco — de Higienópolis, em São Paulo, feministas de diferentes grupos e posicionamentos políticos se reuniram. No palco, encenava-se um julgamento; as atrizes Bete Mendes, Dulce Muniz e Silvia Leblon interpretavam uma secretária, uma professora e uma trabalhadora rural, respectivamente. A socióloga Eva Alterman Blay conduzia as intervenções de especialistas como a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro e a economista Maria da Conceição Tavares, que estavam entre as participantes daquele Tribunal Bertha Lutz.¹ Todas mulheres brancas.

Bertha Lutz esteve à frente das primeiras entidades de mulheres do país: em 1919, da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher; em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino. Nascida em São Paulo, em 1894, ela estudou biologia na Europa, mais especificamente na Sorbonne, em Paris, onde se familiarizou com o movimento feminista inglês. De volta ao Brasil, dedicou a vida ao ideário feminista. Foi deputada federal e uma das articuladoras do movimento feminista internacional. Morreu de pneumonia, aos 82 anos, em um asilo do Rio de Janeiro.

Seis anos depois de sua morte, a ativista era homenageada naquele evento que, se valendo da linguagem dos tribunais, pretendia sensibilizar as pessoas para a discriminação de gênero. O tema, escolhido a partir de um fato real, era a mulher e as relações de trabalho. Uma empresa de tecelagem do interior havia demitido uma operária que por cinco anos exercera a função de mestre sem receber o salário adicional correspondente. Da singularidade do caso passava-se à discussão da discriminação de gênero de uma maneira geral. Na Europa, feministas e ativistas dos direitos humanos recorriam ao modelo dos tribunais para dar visibilidade a suas causas. Julgamentos mobilizavam a opinião pública.

O economista Aloizio Mercadante e o publicitário Carlito Maia eram alguns dos jurados que avaliariam a situação da mulher na sociedade brasileira. Havia uma única pessoa negra naquele júri simulado: Abdias do Nascimento.

Abdias do Nascimento² é um emblema da luta do movimento negro brasileiro,³ verdadeiro patrimônio cultural pan-africanista. Ao longo de sua vida, antecipou agendas que só agora começamos a debater. Suas proposições no livro *O genocídio do negro brasileiro*,⁴ lançado em 1978, abarcam os fundamentos da questão racial no Brasil e, mais importante, assumem a perspectiva política afrocentrada do quilombismo. Abdias ensinou a pensar preto. E, além de ser um ativista maravilhoso, era ator.

Sueli Carneiro estava no auditório. Naquela época, ela era plateia para os homens do movimento negro e para as brancas do movimento feminista.

Abdias fica em pé, observa os espectadores e vê umas pretinhas aqui e ali, meio dispersas. Olha para um lado, olha para o outro, olha para a frente, olha para trás. E dá início à sua fala, mobilizando sua extraordinária capacidade cênica:

— Tendo em vista que não há nenhuma mulher negra neste júri simulado; tendo em vista que as minhas irmãs não estão aqui representadas, eu, neste momento, me faço cavalo de todas as minhas ancestrais e peço a elas que se incorporem e me iluminem.

E prossegue:

— Porque nós, mulheres negras...

Foi o momento máximo do tribunal, que era para ser um evento das brancas.

— Se as mulheres representam mais da metade da população, as negras representam mais da metade das mulheres brasileiras, e seus problemas são muito maiores que os das mulheres brancas. No entanto, aqui, foi tocado muito timidamente o problema da mulher negra e garanto que, para estarem presentes neste auditório, muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos ou na beirada do fogão.

Ao final do julgamento, Sueli Carneiro beijou a mão de Abdias Nascimento e agradeceu suas palavras, que expressaram tudo o que ela ainda não tinha condições para elaborar:

— Eu prometo que o senhor não vai precisar fazer isso de novo. Não que não seja uma honra ser representada, mas o senhor não vai mais precisar nos representar. Porque nós vamos chegar.

PARTE I: ESCAVAÇÃO

1. Documentos dos antepassados

Sueli Carneiro é filha de uma costureira e de um ferroviário.¹ A mãe, Eva Camargo Alves, nasceu numa família de classe média, em Campinas, a cerca de cem quilômetros de São Paulo, em 1927. O pai, José Horácio Carneiro, nasceu em Rodeiro, naquele tempo parte do município de Ubá, Zona da Mata de Minas Gerais, em 1916, mesmo ano em que foi promulgado o primeiro Código Civil Brasileiro.

Embora a independência do Brasil tenha ocorrido quase cem anos antes, em 1822, e a república tenha sido proclamada em 1889, a legislação portuguesa ainda ditava as regras no país sobre a pessoa, a família e o patrimônio. Mais importante que definir direitos era tipificar crimes. Como se pode ler na tese de doutorado² de Sueli Carneiro, tanto o Código Criminal de 1830 quanto o Código Penal de 1890 já elegiam pessoas negras e pobres como alvos prioritários da privação de liberdade. Em sua argumentação, ela desenvolve a noção de um dispositivo de racialidade e aplica ao domínio das relações raciais tanto o conceito de dispositivo quanto o de biopoder, do filósofo francês Michel Foucault.

Os chamados vadios e mendigos, “sem ocupação honesta e útil”, do código de 1830 eram, em sua maioria, pessoas negras. Postos de trabalho livre eram criados e quase automaticamente ocupados por

imigrantes brancos em detrimento de ex-escravizados, que — sem terra, sem dinheiro, sem escolarização nem trabalho — acabavam vagando pelas ruas. O código de 1890 era ainda mais explícito quanto à discriminação racial: “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem” constituía crime com pena de prisão entre dois a seis meses. Direitos, mesmo que protegendo mais a propriedade que as pessoas, só foram promulgados no Brasil em 1916, ano de nascimento de José Horácio Carneiro, pai de Sueli.

Nascido e crescido na roça, José Horácio tinha duas irmãs e quatro irmãos. Uma delas, Nadir, de 93 anos de idade, única testemunha viva do passado mineiro da família, diz que a família vivia mudando de fazenda, atrás de trabalho. Geraldo Carneiro, irmão de Sueli, lembra do pai contando que aos dezessete anos fugiu a cavalo da situação de semiescravidão. Os filhos homens de José Horácio — as meninas, não — escutavam as histórias dos adultos que conversavam e bebiam ao redor do poço, na casa da avó Olympia, em São Paulo. Os garotos eram poupados dos detalhes — lembranças de dor eram guardadas a sete chaves.

A criançada nunca ouviu os nomes dos bisavós ou os sobrenomes de quaisquer pessoas. Dos antepassados, sabiam apenas que eram gente da roça, que trabalhava em terras de coronéis durante e depois do tempo da escravidão legal. Talvez por isso, e por sempre terem ouvido que Rui Barbosa havia mandado queimar todos os documentos que registravam as origens de pessoas negras, desenhar uma árvore genealógica não estava no horizonte de ninguém.

Queima de arquivos? Isso mesmo. Em 14 de dezembro de 1890, o então ministro da Fazenda Rui Barbosa assinou um despacho que ordenava a eliminação dos documentos referentes à escravidão, alegando que a república era “obrigada a destruir esses vestígios por

honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira”.³ As boas intenções eram pura fachada: dar um fim àqueles documentos tinha mais a ver com o Estado não querer arcar com indenizações a fazendeiros que se sentiam prejudicados pela abolição.

Alguns historiadores sustentam que muitos documentos já haviam sido levados a Portugal antes da Proclamação da República, em 1888. E considerando a extensão e a complexidade do país, é difícil acreditar que todo órgão vinculado à Fazenda teria, de fato, queimado seus registros. Mas ainda que a fogueira tivesse ocorrido, o registro da escravização estava presente em todos os documentos sobre a pessoa escravizada, fosse nas igrejas, dioceses, congregações, ordens, irmandades, santas casas; fosse nos cartórios, tribunais, câmaras e outras instituições repletas de livros à espera das pesquisadoras e pesquisadores que se multiplicam nos estudos sobre a memória e a história de pessoas negras.

A folha 29 de um desses livros amarelados, o de número 1, da Paróquia São Sebastião, de Rodeiro, Minas Gerais, restaurado depois de uma enchente, traz o registro⁴ de casamento dos avós paternos de Sueli Carneiro:

Aos 20 de setembro de um mil novecentos e treze, na Paróquia São Sebastião [...] receberam-se em matrimônio Horácio Gaivota Carneiro e Olympia Luiza Alexandrinha.

Ele com 20 anos de idade. Filho de Maria Gaivota.

Ela com 17 anos de idade. Filha de Alexandre Martins da Costa e Luiza Josepha de Araújo.

Sueli nunca tinha ouvido o nome de Maria Gaivota, Alexandre ou Luiza. Tia Nadir tampouco tinha pistas a oferecer. Somente depois

que o documento foi encontrado, ao ouvir “Maria Gaivota”, seus olhos se iluminaram: “Esse era o nome da minha avó! Maria Gaivota era minha avó”.

Nadir lembra de uma mulher velha e de poucas palavras, que cuidara sozinha dos dois filhos, Horácio e Agostino, e da filha Coleta. Quando nova, ela havia trabalhado como empregada doméstica nas casas de fazendeiros. E a avó ria ao lembrar o que ela e uma colega fizeram certa vez, com agulha e linha, ao papagaio que a patroa deixava na cozinha para repetir as conversas das pretas. A única coisa que o bicho repetia depois era: “Cu cosido, sinhá! Cu cosido!”. Nadir até hoje sente um gostinho de satisfação pela vingança.

Do avô paterno, a tia nunca ouviu falar. “Minha avó é do tempo dos escravos. Não tinha isso de marido. E os filhos também não falavam de pai”, conta. A informação adiantada por ela, de que Maria Gaivota fora uma mulher escravizada, só pôde ser confirmada a muitos quilômetros dali, depois de se conhecer seu local de nascimento na certidão de Horácio, seu filho:

Aos vinte e dois dias do mez de outubro do anno de mil oitocentos e noventa e um, neste distrito de Paz da Parochia de São Januário de Ubá, Município de mesmo nome, Estado de Minas Gerais, compareceu em meu cartório José Bernardino Fernandes e perante as testemunhas: Honório Januario Carneiro e Luiz Gonçalves Fontes, ambos negociantes e residentes nesta Parochia e declarou que no dia dezesseis do corrente mez e anno, às nove horas da noite, no correjo Alegre desta Freguesia, nasceu uma creança do sexo masculino, que deve chamar-se HORÁCIO, filho natural de Maria Gaivotta, cozinheira, residente nesta Freguesia, natural de Grão Mogol, filha legítima de Manoel Gaivotta e sua mulher, esta fallecida.

Não se sabe em que condições nasceu e viveu Maria Gaivota, mas o registro⁵ de batismo da bisavó de Sueli Carneiro está na cidade de

Grão Mogol, no norte de Minas Gerais:

Maria, parda, nascida a 15 de junho de 1856 no Burity. Filha legítima de Manoel Gaivotta Costa e de Josepha Maria de Jesus.

Padrinho Gonçalo de Azevedo Ferreira

Madrinha Joanna Cardozo de Sá

Pelo documento, pode-se aferir que Maria Gaivota e seu pai, Manoel, saíram de Grão Mogol entre 1856 e 1891. Naquele período, era frequente o fluxo migratório de negras e negros escravizados em direção a Ubá.

2. Do diamante ao café

A origem do nome Grão Mogol¹ suscita várias interpretações, uma das quais é que seria uma corruptela de “Grande Amargor”, dados os inúmeros roubos, trapanças e brigas que ocorriam por lá. Outra versão evoca Babur, fundador do Império Mogol e a quem os portugueses chamavam grão-mogol, que possuía um diamante de 793 quilates, porte comparável às gemas encontradas naquela região de Minas.

Em 1768, a Coroa portuguesa teve notícias da descoberta de diamantes na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, onde mais tarde foi constituído o município de Grão Mogol. A exploração de diamantes na região, ainda que clandestina de meados do século XVII ao início do XIX, mobilizou pessoas livres e escravizadas até a metade do século XIX. Antes de 1850, o povoado chegou a ter 40 mil habitantes. Depois disso, passou à média de 15 mil pessoas, que se mantém até hoje.

Algumas negras e negros enriqueceram com o garimpo e compraram a própria liberdade. Outros resistiram como puderam, inclusive criando quilombos na região. Hoje existem mais de oitenta comunidades quilombolas na bacia do Jequitinhonha. Buriti do Meio, por exemplo, foi fundada por Eusébio Gramacho, um negro que saiu de Grão Mogol e iniciou a comunidade quilombola

certificada pela Fundação Palmares em 2004, atualmente com cerca de setecentas pessoas.

Na segunda metade do século XIX, a extração de diamantes na região se tornou inviável, fosse porque a tecnologia disponível não dava conta das dificuldades da operação, fosse porque o dinheiro e a necessidade de mão de obra passaram a se concentrar no café, que se expandia pelo Sudeste.

Entre 1855 e 1873, 6562 negras e negros escravizados aportaram em Ubá, provenientes de outras regiões de Minas Gerais. No mesmo período, 261 foram vendidos e por isso saíram de Grão Mogol.² Se Maria e Manoel Gaivota fossem livres, como a maior parte da população negra nesse período, dificilmente se deslocariam no fluxo da venda de pessoas escravizadas. A possibilidade de perder a liberdade saindo do território em que eram reconhecidos como forros era grande. Provavelmente eram escravizados em Grão Mogol e, sendo vendidos, foram deslocados para Ubá.

Na certidão de nascimento de Horácio, avô paterno de Sueli, não consta o nome do pai. O sobrenome Carneiro aparece uma única vez, referido a uma das testemunhas. Por que a criança carregaria o nome de uma testemunha de seu nascimento? A hipótese mais óbvia é a de que pessoas escravizadas levavam o sobrenome de seus senhores. Mas, em 1891, três anos depois da assinatura da Lei Áurea, nem Maria nem Horácio eram escravizados, apesar de as relações de servidão permanecerem fortes naquela região até pelo menos a metade do século XX. E a testemunha, Honório Januário Carneiro, ainda que descendente do fundador de Ubá, de família proprietária de terras e também de educandários tradicionais, era comerciante, como se sabe pela certidão e pelo relato de pessoas da região.

Honório era um homem casado. E até 1916 o direito civil brasileiro era regido pelas medievais Ordenações Filipinas, que distinguiam os descendentes legítimos dos ilegítimos.³ O sacrossanto casamento na Igreja católica era a garantia da legitimidade de um filho. Crianças nascidas fora do matrimônio eclesiástico eram consideradas “frutos do pecado sexual da fornicação” e não podiam ser batizadas ou registradas com o nome do pai. Dentre os ilegítimos, havia ainda a subcategoria espúria dos chamados filhos incestuosos e adúlteros.

Em 1891, um filho nascido de relação extraconjugal seria considerado espúrio, adúltero, e não poderia ser registrado pelo pai, nem mesmo se o pai assim o desejasse. O avô de Sueli, Horácio Carneiro, não poderia, pois, ser registrado como filho de Honório Januário Carneiro, o qual compareceu ao cartório na condição de testemunha.

De Honório, então, viria o sobrenome Carneiro de seu avô Horácio, de seu pai José Horácio, que o legou a Sueli, que o passou a sua filha, Luanda. Como não há pessoa viva que os tenha conhecido, tal hipótese não pode ser confirmada. Ou será que o sinhô, passando em frente ao cartório, generosamente se ofereceu para testemunhar o nascimento de uma criança preta e ainda lhe emprestar o sobrenome? Quem sabe uma exceção à realidade comum nas Minas Gerais e também em São Paulo, conforme José Correia Leite, um dos principais militantes negros de nossa história, nascido na capital paulista em 1900, relatou a Cuti:

Muitas negras moravam com brancos importantes, mas de forma escondida. Não só no Bixiga, em outras partes também, onde o português predominou. Muitas vezes elas eram prejudicadas quando o sujeito morria. Perdiam os bens que tinham ajudado a adquirir porque quase sempre não eram casadas. Eu conheci muito caso de indivíduos bem-

sucedidos à custa de cozinheiras. Eram mulheres trabalhadoras que não davam a mínima despesa, sequer. Saíam de manhã e voltavam à noite, trazendo coisas (comida, roupa) da casa dos patrões. Ainda havia os favores que seus companheiros precisavam e elas conseguiam. Havia muitos desses casos no Bixiga, que aliás, não foi um bairro só de italiano. Lá morou muito negro também.⁴

O próprio Correia Leite narra seu nascimento à rua 24 de Maio, à época um endereço residencial da pequena São Paulo. A mãe, negra, para poder trabalhar como doméstica deixava-o de casa em casa. Do pai, nada se sabia.

Não é, pois, absurda a hipótese de Horácio Carneiro, avô de Sueli, ter sido filho adulterino — sem direito a herança ou reconhecimento — de Honório Januário Carneiro, neto do capitão-mor Antônio Januário Carneiro, fundador da cidade de Ubá.

Diferentemente do que o sufixo “mor” possa induzir a pensar, capitão-mor estava longe de ser um título pomposo — era atribuído a filhos de alferes, cargo militar abaixo de tenente. A aristocracia, como diz Palmyos Carneiro⁵ em sua pesquisa do início do século XX, “se distinguia pelo simples fato de terem a pele branca”. A Zona da Mata era uma área proibida durante o ciclo do ouro, considerada zona-tampão pela Coroa portuguesa — vetava-se a abertura de estradas, comércios ou cultivos, pois eles poderiam eventualmente facilitar a entrada de exploradores em busca de ouro. Os portugueses viam com bons olhos o assentamento de puris, coroados, cropós e outros povos indígenas na região, preservando a mata e dificultando a circulação de inimigos do rei.

Com a decadência do ciclo do ouro, brancos pobres começaram a ocupar a Zona da Mata, se tornaram fazendeiros, ergueram capelas, estabeleceram poder civil, militar e vida social na região,

exterminando indígenas e escravizando negros. Num tom surpreendentemente crítico, relata Palmyos Carneiro:

Foi em 1797, com a terra cercada, usurpada dos indígenas e com o trabalho de negros escravizados que começou a surgir o pequeno povoado Aplicação de São Januário de Ubá. A cidade só viria a se instalar em 1857 pelo seu fundador o Capitão Mor Antonio Januário Carneiro, responsável inclusive pela polícia daquela Matta.⁶

O capitão-mor teve dez filhos, cinco homens e cinco mulheres, entre as quais Justina Januária Carneiro e Teresa Januária Carneiro. Justina é mãe de Honório Januário Carneiro,⁷ que aparece como testemunha na certidão de nascimento do avô de Sueli. Teresa é mãe de José Cesário de Faria Alvim Filho, personalidade política importante na Primeira República, avô de Afonso Arinos de Melo Franco, autor da lei contra a discriminação racial, de 1951, que leva seu nome. E avô de Maria Amélia de Carvalho Cesário Alvim, mãe de Chico Buarque. Todo Carneiro de Ubá se diz parente distante do artista.

3. José Horácio

Em 1933, aos dezessete anos, José Horácio Carneiro, que aos 34 se tornaria pai de Sueli, deixou a roça. Vivera até então com os pais e os irmãos, mudando de uma propriedade a outra em busca de trabalho — a família passou pelos municípios de Ponte Nova, Raul Soares e Visconde do Rio Branco, cidades vizinhas a Ubá. A Fazenda da Flor Roxa foi a última. Nadir lembra de um tal “crioulo Chico Foloizino”, morador daquelas terras, que em troca de um pedaço de chão para viver e plantar a própria roça criava gado e administrava as famílias que trabalhavam na propriedade. José Horácio cansou daquela vida análoga à escravidão que perdurava no pós-abolição e caiu no mundo. Viajou 21 estados como trabalhador braçal, até se estabelecer em São Paulo, na metade da década de 1940.

É sabida a intensificação dos fluxos migratórios¹ nesse período da história do Brasil, empreendidos, em sua maioria, por homens jovens, solteiros e negros que tomaram a migração como estratégia de melhora de vida. Como a maior parte deles, José Horácio morava em pensões. Ao chegar a São Paulo, dividiu quarto com Mário, amigo para a vida toda (de cujo sobrenome hoje ninguém mais se lembra), a quem Sueli e os irmãos chamavam de tio, por carinho e proximidade.

Mário era um trabalhador típico, rústico, nada preocupado com as aparências. O oposto do amigo, que prezava pela elegância. Sueli cresceu ouvindo que na mocidade o pai andava sempre com uma gabardina, uma espécie de sobretudo de tecido impermeável, muito bonita e bem cara. Mário gostava de contar que, nas noites frias, enquanto ele estava quentinho embaixo de um bom cobertor, o caboclo na cama ao lado tirintava de frio enrolado na bela capa que lhe consumira todas as economias.

Em São Paulo, José Horácio começou a trabalhar para alguns portugueses, um dos quais o indicou para a Estrada de Ferro Sorocabana. Ferroviário, foi contratado como auxiliar de estação. Exerceu primeiro a função de bilheteiro, passando a chefe de estação, na Lapa, zona oeste da cidade, onde trabalhou por quase trinta anos.

Ferroviários eram trabalhadores livres desde a inauguração das estradas de ferro no Brasil, em 1854.² A ferrovia simbolizava certo modelo de desenvolvimento. Os centros do capitalismo que exportavam maquinário e financiavam obras e operações, a Inglaterra, em especial, também exportavam as relações de produção capitalistas. Na Segunda Revolução Industrial, os interesses econômicos ingleses pressionavam pela proibição do trabalho escravo e exigiam mão de obra assalariada, conformando a gênese de um proletariado urbano.

Em todo o mundo os ferroviários constituíam uma classe diferenciada entre os operários. Não só pela dignidade dos uniformes, pela relação com a máquina e a ideia de eficiência e progresso, mas também por serem considerados combativos. Em um momento de transição do mundo rural para o urbano, era pelas ferrovias que transitavam informações, pessoas e bens, um fluxo que ampliava o poder político desses trabalhadores. José Horácio, sindicalizado e

com grande consciência e solidariedade de classe, legou aos filhos uma cultura não só mineira como proletária.

Ao sair de casa, havia prometido voltar para resgatar cada um de seus irmãos. E cumpriu. Viajava sozinho para a casa paterna e na volta trazia um irmão, a quem abrigava e ajudava a encontrar emprego, engrossando o fluxo migratório Minas-São Paulo. Estudos demográficos mostram como, até a década de 1980, a migração no Sudeste acontecia primordialmente dentro da própria região, com o êxodo rural de mineiros e paulistas para o eixo industrial da região metropolitana da capital.

Depois dos irmãos, José Horácio buscou os pais, que não queriam vir para São Paulo de jeito nenhum. Arrumou um emprego de porteiro para o pai, Horácio, filho de Maria Gaivota, que, trabalhador na roça a vida toda, não se conformava que o pagassem para ficar sentado, “sem fazer nada”, como dizia.

família era mais do que estável e a filha Eva estudava em escola privada.

Mas os detalhes não entravam nas memórias partilhadas por Eva nas conversas de família. Nem ela nem os irmãos tomaram conhecimento do nome ou endereço da tipografia do avô, nem da escola onde a mãe estudou. Sabiam apenas da morte repentina dele, ainda no início dos anos 1930, vitimado por um infarto fulminante. Maria, sua viúva, viu-se sozinha, com cinco filhos para criar: Eva, Cora, Eunice, José e Gabriel Alves Barbosa Filho.

Maria perdeu tudo, enganada por um sócio do marido. Analfabeta, migrou para São Paulo com os filhos, trabalhando como cozinheira e faxineira para uma família que era dona da indústria que fabricava o açúcar União. Morreu ainda na adolescência de Eva, que passou a ser criada por Justina, uma tia materna muito rígida, e pela bisá (que na verdade não era bisavó, mas tia-avó), que morreu com mais de cem anos. Alguns dizem que ela morreu aos 106; outros, aos 116. Bisá Ananias era uma negra forra, o que significa que havia sido escravizada. Mas sobre isso nada era dito.

Desde a abolição, o intenso trânsito de pessoas de uma região a outra, o desembarque massivo de imigrantes incentivados por políticas de branqueamento e a industrialização crescente impulsionavam o crescimento vertiginoso de São Paulo. Em 1890, a cidade tinha menos de 65 mil habitantes. Em 1920, comportava cerca de 580 mil pessoas. A população dobrava de tamanho a cada década. As fábricas se concentravam às margens dos rios Tietê e Tamanduateí, pela facilidade de escoamento de mercadorias. E a população que acorria ansiando por trabalho se apertava em pequenas casas e cortiços nas proximidades das indústrias e ferrovias. Brás, Mooca, Ipiranga, Água Branca e Bom Retiro eram os bairros

que mais recebiam pessoas negras e imigrantes pobres, especialmente italianos.

Bisa Ananias, tia Justina e seus três filhos acolheram Eva e seus quatro irmãos. A família morava num cortiço compartilhado com espanhóis e italianos no Bom Retiro, destino de muitos judeus vindos da Europa. Até hoje o bairro é percebido como território judaico, apesar do expressivo número de coreanos e bolivianos que vem se avolumando nas últimas décadas.

A família materna de Sueli foi escurecendo com os anos. Bisa Ananias era uma negra que tinha a pele muito clara, bem como o avô Gabriel, que casou com Maria, retinta — Sueli diz que seu biotipo é muito parecido com o da avó. Já a família de José Horácio prezava o casamento intragrupo, o que para Sueli soava como um desejo de eliminar as marcas do colonizador. Nadir foi a única a casar com um homem mais claro, Geraldo.

Se na família mineira de José Horácio existiram mulheres possivelmente escravizadas, como Maria Gaivota, mãe de crianças de pais desconhecidos, o mesmo deve ter ocorrido com a família de Eva. Bandeirantes e inquisidores que se apossaram de terras, exterminaram e escravizaram negros e indígenas, também se apropriaram dos corpos das mulheres. Há mais de vinte anos Sueli Carneiro escreveu em um artigo publicado na revista *Estudos Feministas*: “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira”.³

Cora, ainda adolescente, morreu de tuberculose. Eunice saiu de casa e se tornou prostituta. Nunca mais conviveu com a família, que pouco falava dela. Eva, tia Justina e a bisa eram bastante religiosas, faziam parte da Pia União das Filhas de Maria — uma associação

católica de mulheres devotas de Nossa Senhora, muito comprometida com os valores e costumes da igreja. Na moralidade da época, ter uma irmã que “rodava a bolsinha” era um fardo para Eva, que se via muito cobrada, pois havia sempre alguém que conjecturava: “Essa não vai dar em nada, já tem uma irmã na rua”. Tudo o que Eva desejava era romper com essa expectativa. Na percepção de Sueli, sua mãe faria qualquer coisa para manter uma família mononuclear, com pai, mãe e filhos, mesmo que fosse para comer o pão que o diabo amassou.

Eva completou todo o ensino primário e cursou datilografia. Tinha um diploma, datado de 1943, emitido pelo Instituto Brasileiro de Mecanografia, que tinha a fama de ser a melhor escola de datilografia da América Latina — chegou a receber 1600 estudantes por dia. Além da habilidade na máquina de escrever, o instituto ensinava como se vestir e se comportar em ambiente de trabalho. Eva se dizia exímia datilógrafa, mas nunca se empregou em escritório. Foi costureira até casar.

Vivia com a cabeça povoada pelos romances da Biblioteca das Moças, coleção popular entre os anos 1920 e 1960, que publicava sob diferentes títulos a mesma trama: moça pobre se apaixona por nobre rico e no casamento encontra redenção. Sonhava acordada com o príncipe encantado, e José Horácio, mais de dez anos mais velho, era bonito o suficiente para fazê-la acreditar que seria tratada como uma princesa. Não foi bem assim que as coisas se deram. Eva falava disso com um misto de decepção e autoironia, sorrindo da própria ingenuidade.

Naquela primeira metade do século, era comum que jovens negros praticassem o footing:⁴ andavam de um lado a outro, conversando, flertando, namorando nas vitrines produtos que não poderiam comprar. Rua Direita, praça do Patriarca, praça da Sé e

largo do Piques eram os territórios dessa sociabilidade negra aos fins de semana. Na segunda-feira, viam-se na Igreja dos Enforcados, na praça da Liberdade. Havia também os cinemas, frequentados por mulheres de salto, luva, chapéu, e homens de bengala e terno.

Foi num fim de semana, em alguma das ruas por onde passeavam ou em alguma fila de cinema, que os pais de Sueli se conheceram. Eva não deu muita bola, julgando que José Horácio estivesse interessado em Vera, uma amiga sua. Mas foi com a jovem costureira que o rapaz entrou no bonde, provavelmente da linha Santana ou Casa Verde, que saía do centro e passava pelo Bom Retiro.

Depois de alguns encontros escondidos, Eva apresentou José Horácio a Justina. A aparência, o ar imponente, a postura causaram boa impressão na tia. O rapaz discorria sobre qualquer assunto. E ainda que só soubesse assinar o nome, a caligrafia parecia de doutor. Só mais velho, com a ajuda da caçula Suelaine e tendo em vista pleitear uma melhoria salarial, ele conseguiu terminar o curso primário. Com a aprovação da tia e da bisa, depois de poucos meses de namoro Eva e José Horácio se casaram, em 15 de setembro de 1949.

Por ocasião do enlace, Eva tinha uma condição socioeconômica melhor que a do marido. Tinha um bom emprego como costureira, era praticamente gerente de uma oficina no Bom Retiro. À época, seu salário era maior que o dele. Mas quando resolveram casar, José Horácio foi categórico: “Mulher minha não trabalha”. O patrão tentou de tudo para que ela continuasse no emprego, até propôs acomodar o expediente ao horário que o marido considerasse conveniente. “Mas não era disso que se tratava, de acomodar a esfera doméstica”, avalia Sueli. “Era um exercício de poder.” Eva pediu demissão e se tornou dona de casa. Desejava uma família a qualquer custo.

5. Filha única na Lapa de Baixo

Em 23 de junho de 1950, em São Paulo, nascia Aparecida Sueli Carneiro. Seu registro, porém, marca 24, dia de São João. Naquela data, um sábado, no estádio do Maracanã começava a Copa do Mundo, cujo desfecho contra o Uruguai assombra até hoje mesmo aqueles que nem completaram a maioridade.

Quase cinco anos depois, em fevereiro de 1955, Sueli, no colo do pai, ouvia a final do Campeonato Paulista de Futebol, conhecido como IV Centenário, uma das múltiplas comemorações dos quatrocentos anos de São Paulo. O empate de 1 a 1 garantiu o título para o Corinthians. A alegria foi tanta que José Horácio jogou a criança para cima, e com ela foram-se o rádio e a moringa que estava ao lado. Só a menina não se quebrou.

Além de futebol, José Horácio gostava de rojão. Na época de São João, para comemorar o aniversário de Sueli, ele fazia festas que duravam dias, com fogos, fogueira, muita comida. Isso de ter duas datas, a do nascimento e a da certidão, sempre rendeu uma festa continuada.

Por quatro anos Sueli foi filha única e muito mimada. “Depois nasceu um monte de criança para comprometer meu status de adorada e exclusiva”, brinca a primogênita. Moravam na Lapa de Baixo, um bairro considerado bom, com saneamento básico, boa

Em 1950, a desnutrição era uma das principais causas de mortalidade infantil em todo o mundo, e as taxas brasileiras eram altíssimas. A cada mil crianças com idade entre um e cinco anos, morriam 65,4.

A mãe, desesperada, pegou a filhinha no colo e saiu pelas ruas da Lapa à procura de um farmacêutico espírita que atendia no bairro. Detalhe importante: a católica Eva, filha de Maria, até então jamais recorrera ao espiritismo. O homem avaliou a situação. Era mesmo grave, mas se Sueli conseguisse atravessar aquela noite tomando determinada medicação, ela se salvaria. De volta à casa, Eva e José Horácio passaram a madrugada em claro, velando a menina e administrando o remédio que o farmacêutico recomendara. A menina vingou. Nos dias seguintes, seguiram o conselho de alimentá-la com leite de cabra e dar banho de luz em seus gambitos. Deu certo.

Eva havia feito promessa para tudo que é santo. Devota de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, ela prometeu que, se a menina fosse curada, todas as filhas que tivesse teriam Aparecida no nome. E vieram mais três: Aparecida Solange, Aparecida Solimar e Aparecida Suelaine.